



EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: PARA UMA ÉTICA DAS CAPACIDADES EM MARTHA NUSSBAUM

EDUCATION AND DEMOCRACY: TOWARDS AN ETHICS OF CAPABILITIES IN MARTHA NUSSBAUM

Prof. Dr. Cristiano Bonneau

Doutor em Filosofia pela USP
Professor Associado do Curso de Filosofia da UFPB
crbonneau1@gmail.com

Profª. Dra. Ana Paula Buzetto Bonneau

Doutora em Educação pela UFRN
Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da UPE
buzettobonneau@gmail.com

Este texto trata de alguns apontamentos em Nussbaum na sua análise conjuntural sobre a educação global e sua relação com a formação de um sujeito ético com plenas capacidades de viver em um modelo de convivência democrático. Para tanto, salienta o papel fundamental da formação que visa, diante das mais variadas formas de produção humana sobre o sentido do mundo, a possibilidade de sermos politicamente viáveis uns em relação aos outros. As artes e as ciências humanas são marcos formadores indispensáveis para a formação dos valores democráticos, bem como de sujeitos que estejam comprometidos com a diversidade das ideias. Assumir o socratismo e implementá-lo, como modo de tornar o debate natural e vivo, consiste no grande desafio de nosso tempo.

Palavras-Chave: Socratismo. Nussbaum, Ética. Capacidades.

This paper deals with some notes made by Nussbaum in her conjunctural analysis of global education and its relationship with the formation of an ethical subject with full capabilities to live in a model of democratic coexistence. To this end, it highlights the fundamental role of training that aims, in the face of the most varied forms of human production about the meaning of the world, at the possibility of being politically viable in relation to each other. The arts and human sciences are indispensable formative frameworks for the formation of democratic values, as well as subjects who are committed to the diversity of ideas. Assuming Socratism and implementing it, as a way of making debate natural and lively, is the great challenge of our time.

Keywords: Socratism. Nussbaum. Ethical. Capabilities.

O professor Stein, em sua obra ‘Órfãos de Utopia’¹ propõe um diagnóstico da nossa existência partindo do niilismo. A crise da metafísica ocidental, que arrastou consigo a noção de verdade, colocou em revistas as concepções de mundo forjadas até aqui. O mundo torna-se suspeito, em suspeição e desencantado. Podemos afirmar que, de certo modo, as esquerdas e as direitas do ponto de vista dos posicionamentos da política, bem como, os conservadores e os progressistas, falharam em propor uma direção ao planeta em que vivemos. Independente se propuseram uma avaliação equivocada, arcaica ou futurista, simples ou complexa, não houve meios de formar inteligências capazes de conduzir esse processo que se constitui em vivermos juntos.

Os diagnósticos colocados à disposição se mostraram insuficientes para propor um caminho seguro para a humanidade, que pudesse considerar efetivamente a riqueza de suas manifestações, suas variadas alteridades e a consolidação da justiça. Essa é a nossa primeira tarefa: nos movimentarmos diante da constatação de uma crise sem precedentes do ponto de vista da política, da ética, da cultura e dos costumes e ainda, multifacetada por ser transcultural e global. Somos o centro, enquanto razão e propósito, de uma crise educacional. Logicamente que estamos seguindo um caminho em curso, o que, diante disso, constitui nosso trabalho tornar sua direção mais clara possível. Sem a postura de nos colocar à disposição de conhecermos, enfrentando a reflexão que as experiências exigem de nós, torna-se menos provável que possamos interferir no destino aparente e intransponível em nome da liberdade e da dignidade que almejamos conquistar.

A história já demonstrou e não poucas vezes, que a fortuna pode não ser tão generosa quanto gostaríamos ou mereceríamos. Deixar nossos destinos à vontade dos deuses e divindades ou terceirizar nossas responsabilidades diante do mundo nunca foi tão temerário. Se vivemos uma crise de nossas concepções e nossas práxis, essa percepção se dá em graus, etapas e conteúdos bastante distintos, o que podemos concluir que são inúmeras as perturbações, embaraços e contendas que precisamos encarar. Esse caráter não uniforme dessa percepção pode ser compreendido na seguinte formulação: ***não há outro modelo que permita a manifestação das riquezas humanas, seja do ponto de vista biológico ou cultural, que não seja o democrático.*** No entanto, apesar de ser considerada uma forma antiga de organização política e com repercussões éticas importantes, mesmo se a democracia fosse considerada um regime mais natural ou apropriado à natureza humana do que outros,

¹ Referência à obra do professor Ernildo Stein que faz um balanço sobre a perspectiva política mundial após o fim da Guerra Fria.

essa salvaguarda inatista ou idealista não garantiria em nenhum momento que seu funcionamento ocorra de forma espontânea nem facilitada de algum modo. Por isso, a educação, como possibilidade de estabelecer modelos de convivência entre as gerações, seus modos e meios de produção e a natureza, torna-se o único caminho possível de enfrentamento dessa grave crise que vivemos e de seu agravamento.

Não é possível criarmos, alavancarmos, mantermos e aperfeiçoarmos qualquer democracia que seja, se os sujeitos que participam dela não tiverem as capacidades e as habilidades suficientes para sua condução. Por isso, qualquer noção de liberdade não pode prescindir dessa discussão, de outro modo, seria um exercício simplesmente retórico e de pouco conteúdo reflexivo. Ser livre mostrou-se plenamente compatível com a democracia; não obstante, esses valores só podem ser defendidos e sustentados com uma educação a contento, que considere o exercício efetivo da liberdade almejada. Defendemos aqui, que em qualquer noção de liberdade que pretendemos, há um conteúdo complexo a ser aprendido, ensinado e compartilhado, de forma perpétua, que acompanha as capacidades que cada indivíduo possui, em suas mais diversas fases (cognitiva, social, etária e emocional) em seu pleno aprimoramento.

Se não fosse dessa forma, sequer teríamos história, como processo de interação com o ambiente social e natural e a possibilidade de responder e alterar suas condições, tendo em vista dominar ou se adaptar o/ao mundo atual. Os caminhos que levam à consolidação da democracia e de suas práticas são percorridos tão somente pela educação no processo de formação que esta pode proporcionar. É importante o registro de Freire, para quem a democracia

(...) é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe. (FREIRE, 1989, p. 80)

Nesse sentido, existem conteúdos já experimentados, consolidados, superados e recuperados que são integrantes de uma educação para a democracia. As ciências humanas e as artes constituem-se em uma matriz fundamental nesse processo tendo em vista suas naturezas participativas e criativas quanto à formulação e o tratamento de seus objetos de conhecimento.

Não que as outras ciências não sejam também imprescindíveis nesse processo de formação do sujeito e de suas competências no mundo; no entanto, as limitações de seus conteúdos também geram restrições do próprio pensamento e de suas potencialidades,

desembocando em uma estreiteza da visão do cosmos. Se as ciências exatas, em especial as matemáticas, se propõem a romper as barreiras do concreto e operar na esfera da abstração, tal e qual, promovendo a comparação entre grandezas e procedimentos analíticos ou sintéticos, independente do grau de complexidade alcançado, ainda assim, esse exercício permanece insuficiente para lidar com os distintos extratos de nossa realidade. A história, por exemplo, também justapõe eventos, delineando suas sucessões ou rupturas. Em ambos os casos, o pensamento busca apropriar-se do mundo em suas manifestações, no entanto, a substância tratada em um e em outro modificam radicalmente a compreensão que por ora, construímos. Ao comparar eventos vividos e narrados, aferindo e confrontando momentos diferentes, os conteúdos que ali se produzem são de outra ordem, e não podem ser reduzidos a uma operação lógica ou simbólica.

São esses contrastes entre episódios, escolhas, dilemas, personagens, ideologias e ações implementadas ou negligenciadas que necessitam de outras habilidades humanas para serem minimamente tratadas e desenvolvidas. A política, a ética, a literatura e a filosofia são as portas de entrada para esse tipo de artefato e realização que somos capazes de empreender. Entre várias teses levantadas por Nussbaum, duas se apresentam como preocupantes e que pretendemos lançar algumas centelhas de reflexão: 1) a crise da democracia que vivemos em nossos dias constitui-se na realidade uma crise da própria educação. 2) há um movimento de eliminação das humanidades e das artes em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) que atinge quase todos os países do mundo. A combinação dessas duas problemáticas, demonstra ao mesmo tempo, as consequências desse processo em curso, com um ensino que não tem por finalidade a emancipação humana; e ainda, o trabalho imenso que os/as educadores/as, cientes desse perigo, tem pela frente, para assegurar uma formação que seja comprometida com aquilo que o sujeito possa dispor de melhor para uma vida compartilhada.

Não obstante, “quando vivemos em sociedade, se não aprendemos a enxergar tanto o eu como o outro dessa forma, imaginando em ambos capacidades inatas de pensar e de sentir, a democracia está fadada ao fracasso” (NUSSBAUM, 2014, p. 7). Talvez em nenhum outro momento de nossa história, a democracia dependesse tanto de sujeitos capazes de sustentá-la, tendo em vista as dificuldades severas que seu abrandamento e de forma extrema, sua ausência, podem ocasionar. Diante disso, há de se desmistificar algumas questões que estão na ordem do dia e tratadas como dogmas em nossa sociedade: i) que o crescimento econômico significa um aumento de democracia; ii) que somos obrigados a encarar um dilema irresoluto, de escolhermos entre um modelo educativo que se centre no lucro ou

investirmos na formação da cidadania plena. Apresentada aqui como uma dualidade, essa situação se configura em pontos de extremidades sem contato, diálogos ou negociações, o que restringe a atuação de uma educação democrática que visa conciliar, acomodar e agenciar as variadas formas pelas quais construímos o mundo e nossos padrões de sociabilidade.

A pauta do dia consiste em investigarmos no conceito, plano ou horizonte das competências tratadas pelos mais diversos modelos implementados de ensino, guiados por concepções e políticas públicas que orientam esse planejamento a presença de uma formação que favoreça a criticidade. Nesse sentido, não é possível mantermos e aprimorarmos uma vida pelo viés democrático se não houver um espaço efetivo para que o processo de reflexão constante do sujeito em face a existência possa ocorrer. Parece claro que precisamos produzir e gerar o máximo de bem-estar possível para o maior número de pessoas, de preferência com o uso sustentável dos recursos que temos a disposição. O avanço das ciências e das técnicas são estratégicos nesse processo de avanço e interação entre humanos, suas distintas culturas e a natureza. Sem embargo, qualquer gestão política de condução da vida humana baseada somente nesses preceitos e circunscrita aos conhecimentos das ciências consideradas exatas ou úteis, mostrou-se até o momento insuficiente para alavancarmos uma vida justa compartilhada.

Por isso, a educação está para a democracia, assim como esta sobrevive apenas se considerarmos que as diferenças de pensamento, opiniões e saberes são a matriz da existência humana. A produção técnico-científico descolada da história e da política, em constante negação de sua condição ideológica, e o incentivo à competitividade sem limites tratada a partir de um discurso naturalizado, demonstraram não formar sujeitos capazes de avançar na reflexão de uma moralidade de gere mais empatia, tolerância e inclusão entre os partícipes da vida planetária. Possuir recursos muito além do que o necessário para a conquista e manutenção do bem-estar ou não ter acesso ao mínimo suficiente para manter a nutrição adequada do próprio corpo, não possuem nenhuma justificativa em qualquer modelo de sociabilidade que pretendemos considerar equânime, paritário e justo.

O incentivo ao lucro sugere a muitos líderes ansiosos que a ciência e a tecnologia têm uma importância decisiva para o futuro bem-estar de seus países. Não devemos ser contra a ciência de qualidade e a educação técnica, e não estou sugerindo que os países devam parar de tentar progredir nessa área. Minha preocupação é que outras competências, igualmente decisivas, correm o risco de perder no alvoroço competitivo; competências decisivas para o bem-estar interno de qualquer democracia e para a criação de uma cultura mundial generosa, capaz de tratar, de maneira construtiva, dos problemas mais prementes do mundo. (NUSSBAUM, 2015, p. 8.)

Uma discussão que anseie adentrar nesse universo, intenta promover uma investigação e afirmação de todas as potencialidades que possam contribuir para a formação integral do ser humano, sem negligenciar nenhum dos aspectos que possam favorecer um maior grau a vida em conjunto que podemos compartilhar. Por isso, o que Nussbaum procura demonstrar não é uma escolha entre um modelo ou outro de ensino, nem que ao se optar pelo mercado torna-se regra alijar as humanidades do horizonte, ou para que esta última se desenvolva precisa-se acabar com a discussão econômica. Em ambas as áreas, se assim podemos nomear, existe a necessidade e o ímpeto proeminente de avançar partindo das demandas colocadas pela abertura provocada sobre a condição antropológica, seus pontos fortes e fracos.

Diante da constatação dessa complexidade inerente aos diversos modos de manifestação da existência na Terra, os modelos educacionais que precisam ser discutidos, são sobre a formação de um tipo de sujeito capaz de conviver em um mundo integrado, em pleno movimento e não em um universo fraturado, que busca sustentar uma hierarquia entre os seres que não se sustenta em qualquer realidade aparente.

Porém, os educadores que defendem o crescimento econômico não se limitam a ignorar as artes: eles têm medo delas. Pois uma percepção refinada e desenvolvida é um inimigo especialmente perigoso da estupidez, e a estupidez moral é necessária para executar programas de desenvolvimento econômico que ignoram a desigualdade. (NUSSBAUM, 2015, p. 24).

Nesse sentido, as humanidades teriam plenas condições de incluir ou tornar mais claro no inventário de suas reflexões as questões econômicas mais urgentes e assumir essa pauta na perspectiva das necessidades mais humanas, inegociáveis e concernentes a sua dignidade.²

A disputa pela escola na sociedade promovida partindo de inúmeras ideologias corresponde à natureza do próprio ambiente de formação: diverso e plural. A busca pela hegemonia, pela ideia norteadora ou pelo paradigma que se estabeleceria como direção para as outras visões de mundo, afirmando, incentivando e institucionalizando pontos de vistas agregadores e afins, outrossim, rechaçando e repelindo seus contrários, encontrou no ensino o ponto de partida e de chegada para um determinado modelo de sujeito. Desta feita, a escola torna-se um projeto de Estado, ente máximo, dinâmico, de coerção legitimada, atravessada

² “Quanto à economia, observo que é impossível viver comodamente, ou mesmo simplesmente viver, sem o necessário. Portanto, como os bens fazem parte da casa, os meios de adquiri-los também fazem parte do governo doméstico; e, assim como nenhuma das artes que têm um objeto preciso e de terminado realiza sua obra sem seus instrumentos próprios, a economia também precisa deles para chegar ao seu objetivo.” (ARISTÓTELES, 1988, p. 67).

pelas distintas forças sociais (associações, sindicatos, empresas- mercado financeiro e bolsa de valores- igrejas, partidos etc....) que tencionam entre si, medindo forças e direcionando para esta ou aquela direção a função social da condução estatal.

A altercação do poder, em suas controvérsias, querelas, litígios e negociações constitui-se na substância primeira da democracia. É um processo perpétuo de repartição do poder decisório e político, que não se reduz a uma divisão linear, mas que só se afirma na participação efetiva de todos/as os/as implicados/as. No entanto, o envolvimento e a cooperação necessária nesse complexo mecanismo exige de seus/suas participantes, além de um ambiente apropriado, também uma formação especial e específica. Viver em uma democracia demanda uma qualificação e uma preparação difícil, que possui um conteúdo próprio e que precisa ser assumido. A democracia é um modo de participação ativa dos atores em sua comunidade de pertencimento, seja por nascimento ou por escolha. Essa atividade, por sua vez, apresenta-se no constante debate entre os temas de interesse do conjunto da comunidade.

Debater consiste em submeter publicamente argumentos e raciocínios prós ou contrários à uma ou mais visões de mundo em disputa. Por isso, a vida democrática nos exige muito trabalho, tendo em vista que só pode dar-se no seio da atividade plena de seus participantes. Apenas nesse contexto faz sentido termos e princípios como debater, questionar, a pergunta, o problema, refletir e liberdade. No entanto, para a democracia, a formalidade não é suficiente, pois o seu conteúdo é o que de fato lhe sustenta. Por isso, criar e garantir espaços para que os mais diversos pontos de vista possam emergir constitui-se apenas no primeiro passo. A próxima etapa consiste em demonstrar que não é possível sustentar qualquer visão de mundo, sem que esta tenha sido construída, embasada, formulada, sendo lógica, criteriosa e responsável.

A democracia não pode ser um espaço vazio para falas vazias, por isso, necessita de uma educação de qualidade para que possa manter-se existente. Nussbaum, em um reencontro com sua formação na filosofia antiga dos gregos, sugere, que o método mais apropriado para alcançarmos essa finalidade, de formação de sujeitos capacitados para viver em um mundo multifacetado e compartilhado é o socrático. Para quem possui alguma familiaridade com o ambiente de diálogo proposto por Platão, Sócrates encarnou há 2500 anos o espírito democrático por excelência, buscando conciliar os princípios individuais com os interesses da *pólis*. Dessa forma, contribui sumariamente para a problemática de que não é possível uma democracia se esta não for exercida em seu cotidiano e que a preparação para esta vida difícil em conjunto se dá pela filosofia. As elencadas artes liberais, que congregam

as ciências humanas, são herdeiras dessa tradição, na medida em que constroem nos saberes que lhes circunscrevem enquanto objetos próprios de conhecimento, a exigência de raciocinar acerca de sentimentos, emoções, processos de escolha e a vida política. Por isso:

O pensamento socrático é importante em qualquer democracia. Porém, ele é especialmente importante nas sociedades que precisam lidar com a presença de pessoas que se diferenciam pela etnia, casta e religião. A ideia de que alguém vai se responsabilizar pelo próprio raciocínio e trocar ideias com os outros num clima de respeito mútuo em nome da razão é fundamental para a solução pacífica das diferenças., tanto no interior da nação quanto num mundo cada vez mais polarizado por conflitos étnicos e religiosos. (NUSSBAUM, 2015, p. 54)

O acesso ao conhecimento, assumido pela escola e pelos/as educadores/as cumpre uma função fundamental ao oferecer respostas para os mais distintos problemas que fazem parte de nossa existência, independente do seu nível de complexidade. Para tal, organiza-se em área, subáreas disciplinas que procuram organizar o conhecimento produzindo e disponibilizar o que é considerado como necessário. Mas, só contribui de forma decisiva para a experiência democrática que buscamos consolidar quando favorece o ambiente para a pergunta, demonstrando a essência do conhecimento como em direção ao saber, puro movimento da alma e desenvolvimento contínuo. Questionar e responder são funções da escola, mas que revelam momentos bem diferentes entre si e necessitam de estratégias, conteúdos e formações radicalmente distintos. Resposta e pergunta não podem ser tratadas isoladamente, como movimentos autônomos, nem podem exercer qualquer condição hierárquica entre si. O ensino, quando tratado e considerado passivo, esconde e nega essa condição, ceifando do/a aluno/a a potência de usar sua inteligência e seu intelecto para criar, restringindo a educação à transmissão de práticas consideradas boas e conteúdos ditos como adequados.

Por isso, o que se desvencilha e se descortina no horizonte é a nossa impossibilidade de sermos independentes de outrem, tendo em vista que, não nos é acessível aprender qualquer coisa se nos mantivermos sozinhos/as. Chegamos até aqui, pois foi preciso, de alguma forma, estarmos juntos, seja pela existência atual, ou pela herança que trazemos da tradição. Mas, por inúmeras razões e motivações, que se mostram insuficientes, somos levados/as a abandonar esse princípio de comunidade, na ilusão monumental de que chegamos a este ponto sozinhos/as, como resultado absoluto de nossas motivações e esforços, como se percorresse em nossas veias o sangue de empreendedores natos, recalçando a vida compartilhada que tivemos e que vivemos nesse instante.

Não há conhecimento ou saber, expressos em um modelo educacional, fora do círculo da comunidade e do espaço da coletividade. Negar esse princípio não é apenas

gravíssimo, mas se mostra como insustentável para a vida humana. Por isso, educar-se é preparar-se para a vida na democracia. Uma vida em conjunto, que se reivindica livre, não pode prescindir de habilidades e competências que considerem o mundo, acima de tudo, como nosso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. **Política**. Introducción, Traducción y Notas de Manuela García Valdés, Editorial Gredos, Madrid, 1988.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

NUSSBAUM, Martha. **Sem fins lucrativos. Porque a democracia precisa das humanidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2015.

NUSSBAUM, Martha. **Fronteiras da Justiça. Deficiência, nacionalidade, pertencimento à Espécie**. Tradução de Malu Rangel. Martins Fontes, São Paulo, 2013.

STEIN, Ernildo. **Órfãos de Utopia. A melancolia da Esquerda**. Porto Alegre, Ed. UNIUI, Ijuí-RS, 1998.

Data da submissão: 29 jun. 2024.

Data do aceite: 22 out. 2024.



Esta obra está licenciada sob licença Creative Commons Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/legalcode.pt>).